

NOTÍCIAS AFRICANAS 25

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 23 A 29 DE AGOSTO DE 1993

ANGOLA

Governo: Ganhos militares, perdas económicas; nada de negociações

As iniciativas de retomada de negociações em Abidjan prometidas por Savimbi não foram concretizadas. Por sua parte, o governo angolano considerou-as como simples manobra feita num momento de refluxo militar. Na verdade, Savimbi não chegou a encaminhar a sua proposta à ONU, justificando que as Nações Unidas estão impotentes na Bósnia e que os mediadores internacionais no processo angolano "não estão qualificados para esse papel".

O secretário adjunto da Unita para as Relações Exteriores, Lukamba Gato, denunciou que o seu movimento está sendo vítima de "uma conspiração internacional" e acusou os governos da Rússia, Espanha, Portugal, Inglaterra, Israel e até da África do Sul de estarem fornecendo armas ao governo de Luanda. O líder da Unita havia já anteriormente declarado que, "com americanos ou sem americanos, com britânicos ou sem eles, a Unita tem de resistir". Aliás, Savimbi afirmou também ter a consciência de que foi utilizado por Reagan no jogo da guerra fria, bem como pelos sul-africanos para "travar (ou frear) o comunismo na África Austral".

Uma avaliação do correspondente da France Press em Angola indica que o propósito estratégico de Savimbi é a criação, no sul do país, de um espaço militar e económico, numa dupla perspectiva do prosseguimento da luta ou da retomada de negociações com Luanda. Das declarações do líder rebelde no sentido de implantar no país um sistema de administração por zonas, "de acordo com a realidade existente no terreno".

No entanto, o domínio militar da Unita no centro-sul de Angola, mais exatamente na região-chave do planalto central, está sendo gradativamente contestado nas últimas semanas. A queda, que parecia iminente, de Cuíto, capital do Bié - que junto com o Huambo dominam o planalto central -, até agora não ocorreu. As últimas notícias não falam somente de abastecimento dessa cidade por um sistema automático de paraquedas, conforme anunciamos em Notícias Africanas nº 24, mas igualmente em desembarque de comandos por helicópteros bem como a largada, na retaguarda da Unita, de tropas governamentais, diminuindo assim a pressão do cerco sobre Bié.

Esse progressivo reequilíbrio militar obtido pelo governo está relacionado com a formação recente de novos corpos no seio das Forças Armadas Angolanas, feita por

técnicos militares estrangeiros, e com o novo material bélico, que, com a suspensão do embargo, está podendo ser adquirido livremente pelo governo angolano. O vice-ministro da Defesa, general Ngongo, regressou de uma viagem de três meses com contratos de fornecimentos de técnicos, armas e munições da China, Índia e Rússia.

O novo curso da situação militar parece estimular os *falcões* do governo a rejeitar a eventualidade de novas concessões diplomáticas, no caso do regresso às negociações, embora uma fonte do alto comando das FAA tenha assegurado ao semanário *Expresso* que o objetivo "não é esmagar a Unita nem arrasar o Huambo". O que se pretende, segundo a fonte, é obrigar a Unita a assinar o protocolo de Abidjan, documento elaborado pelos mediadores russo, americano e português, com o aval das Nações Unidas e do anfitrião das negociações, o presidente da Costa do Marfim, Houphouët-Boigny.

A pressão do Parlamento por mudanças económicas - O governo de José Eduardo dos Santos teve que recuar face às pressões dos deputados *críticos* do MPLA e enviou o primeiro-ministro Marcolino Moco à Assembleia Nacional para negociar novas medidas económicas. Assim, deverá ser estabelecida uma "taxa de câmbio única e flexível" e poderão voltar os leilões de divisas, que haviam sido abandonados com a demissão do ministro Xivimbimbi. O Banco Nacional de Angola não concederá créditos não previstos às empresas estatais e a TAAG, companhia aérea estatal, ajustará aos custos suas tarifas internacionais (até agora, podia-se comprar uma passagem Luanda-Rio-Luanda pelo equivalente em kwanzas a cerca de US\$ 700).

No trimestre em curso (julho-setembro), o governo dispõe somente de US\$ 250 milhões, provenientes da venda de diamantes (bastante reduzida devido aos assaltos da Unita), impostos petrolíferos e alguns créditos, pois todo o produto da venda de petróleo será destinado ao serviço da dívida externa, cuja parcela a curto prazo é de US\$ 879 milhões.

É de citar, como exemplo da crise, que a dívida acumulada em bancos portugueses ascende a US\$ 24 milhões e não se vê possibilidade de novos financiamentos portugueses enquanto não forem entregues em Lisboa os seis carregamentos de petróleo em atraso.

José Maria Nunes Pereira

NESTA EDIÇÃO

ÁFRICA DO SUL

- Uma transição tormentosa (Pág. 3)
- De Klerk e ANC atacam-se (Pág. 3)

MOÇAMBIQUE

- Chissano opõe-se a "opção militar" (Pág. 4)
- Dhlakama triunfa na Beira (Pág. 4)
- Ganhar tempo e vantagens (Pág. 5)
- Diálogo ou opção militar (Pág. 6)

GUINÉ-BISSAU

- Novas prisões políticas (Pág. 6)
- Anistia pressiona 'Nino' Vieira (Pág. 6)

ANGOLA

- Londres levanta embargo a Luanda (Pág. 7)
- Unita avança no Cuíto (Pág. 7)
- Savimbi apela ao fim dos combates (Pág. 8)
- Apelo indeferido (Pág. 9)
- Mais portugueses querem regressar (Pág. 9)
- O Dondo mais perto da guerra (Pág. 10)
- Bombas no Huambo só vitimam civis (Pág. 10)
- Governo angolano e Unita voltam a Abidjan em setembro (Pág. 11)
- IPE contra negócio das Bermudas (Pág. 12)
- A guerra em Angola (Pág. 13)
- Esperanças de viragem (Pág. 14)

ÁFRICA DO SUL

Sob a violência, frustração, desemprego, radicalização

Quase metade do total da população ativa sul-africana está atualmente desempregada ou se refugia na economia informal, é o que noticia o *Financial Times* de 24 de agosto. A economia do país está atravessando o quarto ano de recessão, embora já se veja uma recuperação no primeiro semestre deste ano, especialmente no setor agrícola. Contudo, continuam em queda tanto o preço dos minerais quanto o do aço.

Do ponto de vista político, o editorial de *The Economist* (31.7) foi mais otimista. Considera que o calendário da transição está com bom *timing*. Estão sendo gastos 27 meses para a elaboração de uma constituição "provisória" que enquadre a eleição democrática de um parlamento em 27 de abril de 1994. Além disso, serão necessários mais 33 meses para que uma assembleia constituinte aprove uma constituição acabada.

No entanto, a conceituada revista britânica reconhece que os dois pólos radicais mais influentes no espectro político sul-africano – os ultra-racistas do Partido Conservador e da Frente Africãnder e o Inkatha, dos zulus – mantêm a capacidade de desencadear uma virada ainda mais violenta que se transforme numa guerra civil. Lembremos-nos que as cerca de nove mil mortes ocorridas desde 1990 foram quase todas entre negros. A revista francesa *Globe* prevê como um dos cenários possíveis a concretização da

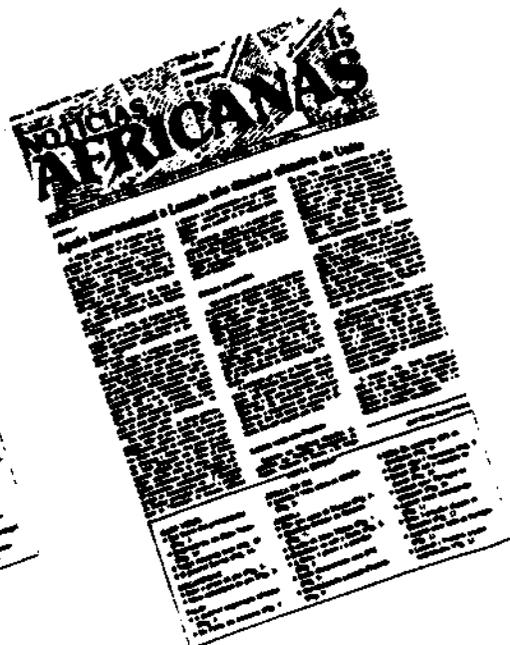
branco no Orange e no Natal. É nessa última província, contudo, que o Inkatha pretende fincar, num possível sistema federativo demandado autonomista, o seu núcleo de poder (é a província predominantemente zulu) e daí procurar minar o bloco das forças reformistas chefiadas pelo ANC – Congresso Nacional Africano – e pelo Partido Nacional, do presidente De Klerk.

Dentro desse pantanoso terreno político, surgem cada vez mais atuantes as minorias radicais, tanto brancas quanto negras. Um primeiro exemplo: a ultra-extremista branca AWB exige dos seus candidatos a subir de posto na organização que jurem estar dispostos a matar até mulheres brancas quando chegar a hora da "terceira Guerra Bôer", ocasião em que também os brancos traidores que venderam a África do Sul deverão ser eliminados. O presidente do Congresso Pan-Africano, A. Motsoari, revela que o seu partido – que se pôs fora das negociações e é favorável à violência – passou de mil para cinco mil o número de militantes inscritos desde o ano passado. Mesmo a ex-esposa de Mandela, Willie, reclama das negociações, dizendo que "os nossos dirigentes não devem ser vistos alinhando acordos com o inimigo quando as massas não participam do processo". (JMNP)

Tome nota

• O encontro, dia 23, entre Chissano e Dhlakama, em Maputo, será vital para resolver o impasse das negociações. A Renamo exigia até há pouco nomear os governadores de cinco províncias – Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Nampula – como condicionante ao prosseguimento das negociações. Essa exigência está relacionada à questão da "dupla administração", pois os rebeldes pretendem o controle exclusivo das regiões onde predominavam antes do cessar-fogo. Ameaçaram o governo com um comunicado no qual se lê: "Os nossos estrategas irão selecionar um alvo estratégico que, a ser destruído, será o fim da Frelimo." Aldo Ajello, representante da ONU no país, retrucou que esse ataque não provocaria o fim da Frelimo, mas sim o da paz no país. E afirmou: "Não estou em Moçambique para representar a burocracia das Nações Unidas. Não sou um burocrata, mas sim o responsável do consenso da comunidade internacional face ao processo da paz." A Renamo desistiu de nomear os referidos governadores, reivindicando apenas que eles sejam "neutros". As manobras da Renamo têm desagradado até mesmo os sul-africanos, como expressou o seu representante em Maputo, John Sunde. A nota insólita vai para o ministro italiano das Relações Exteriores, Nino Andreatta, ao fazer a primeira interferência política pública da Itália no processo de paz moçambicano. Ele aconselhou Dhlakama a aceitar um governo de coligação que teria a responsabilidade de gerir o país até as eleições gerais.

• Chester Crocker estrala contra Portugal ao lançar o seu livro *High noon in Southern Africa*. O ex-secretário de Estado adjunto norte-americano do presidente Reagan durante oito anos afirmou que a retirada de Portugal de Angola foi desastrosa. Segundo ele, o governo de Lisboa "entregou as chaves de Luanda ao MPLA" em 1975 e que agora Lisboa parece apenas interessada em "aproveitar as oportunidades [em Angola] para as suas empresas e investidores". Afirmou ainda que isso acontece porque Angola tem petróleo, "é um pote de mel". Crocker é um reconhecido africanista de perfil ultra-conservador, casado com uma inglesa nascida na Rodésia (atual Zimbábue). Ele considera Jonas Savimbi "um homem sem escrúpulos e muito ambicioso", embora seja "uma das principais figuras políticas da África subsaariana". Para ele, José Eduardo dos Santos é "um homem encantador e um bom edificador de consensos". (JMNP)



Uma transição tormentosa

PÚBLICO, 16.8.93

Jorge Heitor

A África do Sul está a procurar juntar antigos inimigos numa força de dez mil homens encarregada de patrulhar as ruas das suas cidades negras. É uma missão quase impossível, na altura em que uma estrutura executiva provisória também deverá, nos próximos meses, preparar o terreno para um Governo mais representativo do que o actual.

Delegados de uma série de partidos e forças sociais reúnem-se hoje no World Trade Center, da região de Joanesburgo, a fim de procurarem formar uma força de dez mil homens que congregue tanto elementos da antiga polícia detestada pelos negros sul-africanos como soldados dos bantustões e ex-guerrilheiros.

Ou seja, tenta-se colocar lado a lado antigos inimigos, a fim de que em conjunto patrulhem as ruas das cidades negras onde tanto sangue tem corrido. E espera-se que assim se esteja, também, a dar força à estrutura executiva transitória que nos próximos meses deverá preparar

eleições na África do Sul e reestruturar a administração regional e local.

Entretanto, o líder do ANC, Nelson Mandela, e o ministro das prisões, Adriaan Vlok, estiveram entre as mais de 40.000 pessoas que ontem assistiram em Joanesburgo a um concerto de espirituais a favor da paz.

Se realmente for possível colocar até ao fim do ano os antigos polícias do apartheid a trabalhar lado a lado com homens provenientes da ala militar do ANC e de outras formações negras, 1994 poderá trazer novas perspectivas para o país, onde vivem centenas de milhares de pessoas de sangue português.

Muitos cépticos duvidam da viabilidade do empreendimento, até porque o Partido Inkatha, de predominância zulu, e o Partido Conservador, dos brancos situados à direita do Presidente De Klerk, não querem participar nas negociações, de que os principais parceiros são o Partido Nacional, desde 1948 no poder, e o ANC, que espera vir a dominar a futura administração sul-africana.

Problemas autárquicos

Ainda ontem a imprensa dava conta de que as vereações brancas haviam obrigado o Governo a adiar a legislação que ia dar lugar à participação dos negros na resolução dos problemas autárquicos.

Muitos municípios controlados pela minoria branca da população da África do Sul

não querem vereadores negros e este é um dos aspectos que estão a complicar o processo de transição, que em princípio deveria ter um ponto alto com a eleição de uma Assembleia Constituinte em 27 de Abril do próximo ano.

A integração municipal deveria ser agora o aspecto mais tangível das reformas encetadas em 1990; e se o Governo não a conseguir promover durante os próximos dois ou três meses é de admitir que a Constituinte também não possa ser eleita em Abril, mas apenas algum tempo mais tarde.

"Os negros tentam tirar-nos os nossos edifícios. Mas nós recusamo-nos a cooperar" — disse o deputado conservador Pikkie Coetzee, a propósito das tentativas para acabar com o apartheid a nível autárquico. E isso exemplifica o quanto vai ser difícil muita outra coisa na África do Sul, como a unificação das Forças Armadas e policiais e os preparativos para a formação de um Governo transitório.

Os brancos mais conservadores resistem por todas as formas a um sistema em que perderiam todos os privilégios e os dirigentes do Inkatha também não se mostram muito interessados numa transição rápida por entenderem que a mesma não os iria beneficiar a eles ou a etnia zulu em especial, mas sim ao ANC.

Assim, vão ser necessárias profundas negociações de bastidores e numerosos compromissos para que o su-

nho do Presidente De Klerk e de Nelson Mandela se torne realidade no próximo ano, com a chamada as urnas de 22 milhões de sul-africanos (negros, brancos, mestiços e indostânicos).

Só depois do voto generalizado de todos os cidadãos, sem diferença de cor, é que será possível constituir um Governo provisório, no qual se sentem lado a lado os representantes de diferentes formações políticas, como o ANC, o Partido Nacional e o Inkatha, entre outras.

Entretanto, existem ainda grandes divergências sobre o clausulado preferível para a futura Constituição da África do Sul, pois se uns querem um Governo central forte outros, como o Inkatha, dão mais importância à autonomia das diversas regiões. E não se sabe como é que, entretanto, vai ser possível a coexistência entre o actual Governo e o Conselho Executivo Transitório (TEC) a formar durante o próximo mês, pois que muitas fricções poderão surgir entre as duas estruturas.

Todas estas dúvidas estão patentes, por exemplo, entre a comunidade de 90 mil judeus sul-africanos, muitos dos quais se preparam para emigrar, designadamente para os Estados Unidos, Canadá, Israel, Grã-Bretanha e Nova Zelândia. E também preocupam grandemente as famílias portuguesas que em 1974 e 1975 afluíram ao país do ouro e dos diamantes, fugidas à descolonização de Angola e de Moçambique. ■

De Klerk e ANC atacam-se

PÚBLICO, 13.8.93

O LÍDER da ala juvenil do ANC, Peter Mokaba, convidou ontem os negros de Tembisa, a leste de Joanesburgo, a virarem as armas contra o Presidente da África do Sul, Frederik de Klerk, e a correrem com a polícia e o Exército dos seus bairros.

Por seu turno, De Klerk atacou de forma violenta o ANC, que acusou de ameaçar o país de "ditadura". É o dirigente do Partido Inkatha, Mango-

suthu Buthelezi, adversário fidalgo do grupo de Mandela, ameaçou de novo boicotar as eleições previstas para Abril do próximo ano.

"Deixem de desperdiçar as balas, dirijam-nas contra De Klerk" — disse Mokaba no funeral de oito vítimas da violência nas cidades satélites de Joanesburgo, acrescentando ser tempo de o ANC e o Congresso Pan-Africano (PAC), mais radical, se unirem contra "o inimigo comum".

As palavras do líder da ala juvenil do Congresso Nacional Africano mostram bem quanto Nelson Mandela tem dificuldade em dar um tom mais moderado ao grupo que lidera e do qual algumas bases preferem as posições extremistas. Isto numa altura em que o Presidente

De Klerk avisa que o grau de violência e as intimidações têm de diminuir grandemente para que as eleições se possam mesmo realizar.

"O ANC continua a ser um partido perigoso e no qual não se pode confiar. Deve receber uma lição nas primeiras eleições democráticas" — afirmou o Chefe do Estado, durante uma reunião do Partido Nacional em Durban, na província do Natal, berço do Inkatha.

"O ANC rouba postos de trabalho aos sul-africanos, quando continua a apoiar acções internacionais, acções de rua e greves" — acrescentou De Klerk, que a extrema-direita branca muitas vezes tem acusado de se submeter à vontade de Nelson Mandela e do seu movimento.

Para o Presidente, foi como que uma tentativa de recuperar algum terreno entre o eleitorado branco e, ao mesmo tempo, de atrair ao Partido Nacional negros, mestiços e indianos que possam andar assustados com os numerosos conflitos entre partidários do ANC e do Inkatha.

Aparentemente, o actual Governo gostaria que a força política mais importante da sociedade sul-africana não conseguisse ultrapassar 50 por cento dos lugares na Assembleia Constituinte, cabendo ao Partido Nacional pelo menos 18 por cento, o que faria dele elemento essencial para a obtenção de qualquer maioria qualificada. E obrigaria a direcção do ANC a travar quaisquer tentativas ditatoriais. ■

Chissano opõe-se a "opção militar"

PÚBLICO, 12 8 93

O PRESIDENTE moçambicano, Joaquim Chissano, resistindo a pressões de determinados sectores da Frelimo e das Forças Armadas (FAM), declarou-se contrário à ideia de lançar quaisquer acções militares contra a Renamo neste momento.

Segundo uma notícia divulgada ontem em Maputo pelo boletim "Mediafax", "um pequeno mas influente grupo de oficiais superiores das FAM e alguns membros do Governo" estariam a exercer pressões sobre Chissano para que autorizasse "uma opção militar" contra a Renamo.

A ideia da "opção militar" terá surgido na sequência de ameaças proferidas pela Renamo, que sugeriu re-

centemente a possibilidade de atacar um alvo cuja destruição significaria "o fim da Frelimo". E basear-se-ia na convicção de que a estrutura militar da Renamo é "um tigre de papel", susceptível de ser desmantelada através de "um golpe rápido", justificando pelas recentes ameaças e ocupações de território por parte do movimento de Dhlakama.

Segundo aquele boletim independente, a existência de um grupo de defensores da "opção militar" seria referida no relatório que Aldo Ajello, representante das Nações Unidas em Moçambique, vai apresentar na próxima semana ao secretário-geral da organização, Butros-Ghali, quando o processo de paz mo-

çambicano for discutido no Conselho de Segurança da ONU.

Mas tal opção tem neste momento uma forte oposição tanto interna como externa, sublinham os observadores em Maputo. O regresso à arma contaria, além disso, com o veto do Presidente Chissano, apoiado pela maioria do seu partido e das próprias Forças Armadas, cansadas da guerra.

O "Mediafax" sublinha ainda que uma medida desse tipo significaria muito provavelmente o fecho da torneira do auxílio internacional, vital à sobrevivência de Moçambique. Os Estados Unidos, mantendo relações muito amistosas com o Governo de Maputo, têm-se mostrado fa-

voráveis à resolução pacífica do conflito moçambicano, envolvendo-se activamente nas movimentações ligadas ao processo de paz. Segundo as fontes citadas pelo boletim, "Moçambique está demasiado próximo da paz para os americanos favorecerem opções militares."

Continua, entretanto, a expectativa em torno do encontro, diversas vezes adiado, entre Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama. Raul Domingos, representante da Renamo no processo de paz moçambicano, declarou ontem que Dhlakama estará em Maputo no início da próxima semana, se os preparativos para a sua deslocação terminarem este fim-de-semana. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Sondagem moçambicana confirma clivagens regionais

Dhlakama triunfa na Beira

PÚBLICO, 14 8 93

Jorge Heitor

Uma sondagem publicada em Maputo confirma a recalcada tendência para Moçambique votar conforme as regiões, etnias e línguas: a Renamo favorita em muitas zonas do Norte e do Centro, a Frelimo maioritária no Sul. Enquanto uma família portuguesa continua a esperar pela filha raptada em 86 pelos homens de Dhlakama.

Se houvesse já eleições legislativas em Moçambique, e não só daqui a 14 ou 15 meses, 44,9 por cento da população da cidade da Beira, a segunda do país, votaria na Renamo e apenas 24,1 por cento na Frelimo, o partido que está no poder desde 1975 — revela uma sondagem feita pela empresa Gestinform e ontem publicada em Maputo pelo boletim noticioso "mediaFAX".

Se as eleições fossem presidenciais, o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, arrecadaria 46,8 por cento dos votos beirenses e o da Frelimo, Joaquim Chissano, 28,9, ficando em terceiro lugar, com 4,5 por cento, Abel Mabunda, do Partido da Convenção Nacional (PCN), seguido por Martins Bilal, do Partido Liberal e Democrático de Moçambique (Palmo).

O que mais realça aqui é que a Renamo e o seu chefe estão de facto bem cotados no centro do país, enquanto as províncias do Sul, designadamente as de Inhambane, Gaza e Maputo, se inclinam preferencialmente para a Frelimo, o que tem levado até agora muitos observadores a pensar que o actual partido dirigente venceria facilmente quaisquer eleições presidenciais e legislativas que se efectuassem nos tempos mais próximos. E de notar, também, que há dois ou três anos teria sido impensável ler na imprensa da capital moçambicana o resultado de qualquer sondagem que desse a vitória aos antigos "bandidos armados".

Chissano em queda

O mês passado, um estudo de opinião efectuado no Maputo dava 49 por cento dos votos a Chissano e 16 por cento a Dhlakama, que um ano antes mal fora mencionado quando os maputenses haviam sido indaga-

dos acerca dos presidenciais. Ou seja, Afonso Macacho Dhlakama é um político que está a subir no conceito dos seus compatriotas, embora muito mais nos das províncias de Manica e Sofala do que nas do Sul do país, junto à fronteira com a África do Sul e com a Suazilândia.

Quanto ao Presidente Joaquim Chissano, parece que já teve melhores dias, pois que — segundo outra sondagem também ontem publicada pelo "mediaFAX" — só ficou em segundo lugar quando se perguntou a 600 pessoas da capital qual o seu governante preferido, indo o primeiro para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi, que aliás sucedeu no cargo ao actual Chefe do Estado. E em terceiro ficou o titular dos Transportes e Comunicações, Armando Emilio Guebuza, chefe da delegação governamental às conversações de Roma que culminaram no Acordo Geral de Paz.

Na próxima semana o líder da Renamo é aguardado em Maputo, mas já fez saber que só aparecerá depois de ter a certeza que a Frelimo não promoverá contra ele quaisquer manifestações hostis, conforme julga que possa acontecer.

"Temos informações de que o presidente da Renamo vem discutir a uniformização da administração do território, em troca de algumas garantias" — disse ontem o representante local do secretário-geral das Nações Unidas, Aldo Ajello, segundo o qual

não pode haver por mais tempo duas administrações a funcionar em Moçambique.

Portuguesa desaparecida

Entretanto, em Lisboa, uma cidadã portuguesa de origem moçambicana, Tina Francisco Galego, casada com um natural do Alentejo, João Augusto Neves Galego, esteve no PÚBLICO a queixar-se de que sua filha Sandra, nascida em Agosto de 1972, foi raptada na provincia de Tete em Outubro de 1986, nunca mais tendo conseguido saber dela.

Segundo Tina, a filha foi levada para uma base da Renamo, mas ninguém lhe sabe dar notícias: nem aquele partido, nem a Cruz Vermelha nem a direcção-geral dos assuntos consulares, do ministério português dos Negócios Estrangeiros, ao qual recorreu porque Sandra Francisco Galego é titular do passaporte 245/87, passado pelo consulado-geral de Portugal na Beira. O documento foi emitido já depois do rapto mas teria sido solicitado algum tempo antes.

Ao expor o seu drama familiar, Tina Galego — presentemente a viver na região de Vila Viçosa, onde o marido trabalha na extração de mármore — promete não desistir enquanto não souber o que se passa com uma jovem portuguesa alijada perdida devido à guerra que houve em Moçambique. ■

GANHAR TEMPO E VANTAGENS

● TERESA LIMA, em Maputo

SÁBADO, 13-19 8 93

Antes da assinatura do Acordo Geral de Paz, em Outubro do ano passado, a RENAMO tentou, à mesa das negociações, obter todas as vantagens possíveis, uma vez que a força das armas como forma de pressão tinha os seus dias contados.

Agora, quando se aproxima a data para o início da desmobilização e acantonamento das tropas de ambos os exércitos, assiste-se a um "forcing" semelhante por parte de Afonso Dhlakama.

No mês passado, segundo o novo calendário proposto pela ONUMOZ, deveriam ser abertas as primeiras áreas de acantonamento com a consequente concentração de tropas nesses locais.

Encorajador é, no entanto, a presença no campo de treino militar de Nyanga, no Zimbábue, de 100 soldados moçambicanos (metade da RENAMO e outra metade do Governo) onde instrutores britânicos os aguardavam há já vários meses. Até ao fim do mês deverão ali dar entrada mais 440 homens a serem formados para futuros instrutores do exército único.

Contudo, outras preocupações estão a desviar a atenção do cumprimento dos prazos estabelecidos, o que já provocou sérias advertências dos países doadores. Os Estados Unidos, por exemplo, avisaram já as Nações Unidas que poderão deixar de financiar a ONUMOZ se as eleições não se realizarem até Outubro de 1994.

Intervenientes no processo de paz e observadores em geral são unânimes de que a premissa para a arrancada do processo eleitoral, terá de ser, sem sombra de dúvida, o desarmamento e desmobilização dos soldados governamentais e da RENAMO. Uma lição aprendida em Angola...

As actuais pressões da RENAMO incidem particularmente na criação de uma espécie de Governo paralelo. Enquanto chamam para si a administração de zonas onde se situam as suas bases militares, vão exigindo em simultâneo a sua participação no governo, mesmo antes das eleições multipartidárias.

Segundo Afonso Dhlakama, o Acordo Geral de Paz prevê a dupla administração do território, justificando assim as atitudes do seu movimento de deter pessoas nas "suas zonas" e impedir ali a actividade económica, como o corte de madeira e a abertura de estradas.

Aldo Ajello, o representante do secretário-geral da ONU em Moçambique, repetiu este fim de semana em Maputo que a RENAMO tem de aceitar que só existe uma administração enquanto que o Governo deve garantir, até às eleições, uma gestão imparcial em todo o território.

Nesse momento, as comissões técnicas

de Supervisão e Controle (CSC) e de Cessar Fogo (CCF) têm em mão 40 notificações sobre violações ao Acordo de Paz, na sua maioria prendendo-se com as referidas pretensões da RENAMO.

Depois da CCF ter anunciado que a Renamo se deveria retirar de Salamanga e Zitundo, duas localidades a pouco mais de 50 quilómetros da capital, por terem sido ocupadas já depois da assinatura do Acordo Geral de Paz, o caso foi remetido à CSC, por rejeição das acusações por parte do movimento de Dhlakama.

Esta questão torna-se mais sensível, porquanto a RENAMO escolheu Salamanga como local de acantonamento das suas tropas, pretensão não aceite pelo Governo que reclama a administração deste território.

A RENAMO deteve no início do mês passado, na zona de Salamanga, 25 pessoas, entre elas um deputado da Assembleia da República, por alegadamente estarem a caçar sem autorização numa zona sob seu controle.

Seria Aldo Ajello quem viria a desbloquear o contencioso, assistindo pessoalmente à libertação dos "caçadores ilegais".

Dezassete trabalhadores de uma empresa de corte de madeira continuam detidos pela RENAMO desde meados do mês passado, numa base na região de Nhamatanda, na província de Sofala. Foram na ocasião apreendidos dois tractores e várias toneladas de madeira. Maria Gonçalves, a proprietária, afirma possuir autorização para se dedicar àquela actividade, lamentando ter sofrido cerca de dez mil dólares de prejuízo com este incidente.

Um outro madeireiro e um ajudante seu encontram-se detidos também desde Junho pela RENAMO quando procediam ao abate de árvores na zona de Chibabava, na província central de Sofala.

Depois de um duro comunicado dos membros internacionais da Comissão de Supervisão e Controle contra a acção das tropas governamentais de reocupação de três localidades na província de Tete, há cerca de duas semanas, a delegação do governo na CSC declarou, perante este órgão, não intencionar fazer uso da força. Aldo Ajello afirmou que tal posição do governo foi encarada pelas Nações Unidas e pela comunidade internacional como "completamente satisfatória."

O mesmo já não se pode dizer da RENA-

MO, que na CSC se pronunciou de idêntica forma mas em seguida divulgou um comunicado helicista considerado por Aldo Ajello como "inaceitável" e do "tipo de jogada estúpida que pode acontecer se se permitir o uso da força."

"Queremos advertir o Governo da FRELIMO que a nossa paciência não é ilimitada, que a continuar com este tipo de acções a RENAMO não se irá manter de braços cruzados. Os nossos estrategos irão seleccionar um alvo estratégico que a ser destruído será o fim da FRELIMO", lê-se no comunicado.

Para o representante de Boutros-Ghali em Moçambique, o ataque proposto pela RENAMO não provocará o fim da FRELIMO mas sim da paz.

Entretanto, continuam em banho-maria outras "pretensões", como a reivindicada por Afonso Dhlakama para a integração de elementos da RENAMO na hierarquia superior do Ministério do Interior, alegando ser uma contraproposta à sua exigência de retirada de militares desmobilizados do exército governamental que alegadamente teriam sido infiltrados na Polícia.

O líder da RENAMO exigia ainda a nomeação de membros da sua organização para governadores de cinco províncias, nomeadamente Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Nampula, como uma forte condicionante à instalação da paz no país. Dhlakama afirma agora que não exige que sejam da RENAMO mas apenas "neutros". Esta questão, ligada essencialmente a toda a problemática da "dupla administração", assim como a desmobilização das tropas dos dois exércitos, dominarão o esperado encontro entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, em Maputo.

Surpreendentemente, surgiu recentemente uma posição da Itália a dar cor a estas pretensões da RENAMO. O ministro italiano dos Negócios Estrangeiros, Nino Andreatta, sugeriu a Afonso Dhlakama, que este aceitasse um "governo de coligação", o qual teria a responsabilidade de gerir o país até às eleições gerais.

Esta posição, até aqui posta de parte pelos dois signatários do Acordo de Roma, é vista, por observadores políticos em Maputo, como a primeira interferência política pública da Itália no processo de paz moçambicano.

A tese de que o continente africano não está "preparado" para a democracia, via eleições, parece estar a ganhar a corpo, e tal posição poderá ter mais peso se forem confirmadas hipóteses de que a RENAMO não chegará ao poder a menos que sejam encontradas soluções transitórias deste tipo. □

Moçambique: diálogo ou opção militar?

EXPRESSO, 14 8 93

O LÍDER da Renamo, Afonso Dhlakama, chegará a Maputo no «domingo ou segunda-feira», para a tão esperada e sempre adiada cimeira com o Presidente moçambicano. Os observadores encaram esse encontro como crucial para salvar o processo de paz.

O Presidente Joaquim Chissano confirmou a notícia, mas muitos preferem esperar para ver. A desconfiança é justificada, dada a recente escalada de ameaças entre a Renamo e o Governo de Maputo e a inflexibilidade revelada por ambos no debate do anteprojecto de lei eleitoral iniciado a 29 de Julho, o que impossibilitou um acordo sobre a constituição da Comissão Nacional Eleitoral (CNE).

Mas há também sinais positivos: Vicente Ululu, secretário-geral da Renamo, anunciou oficialmente e pela primeira vez a candidatura de Afonso Dhlakama à Presidência da República. E Raul Domingos, chefe do departamento político da organização, disse que o líder da Renamo ficará hospedado em Maputo numa residência pertencente a um país estrangeiro não identificado, posta a disposição da Onuzoz (Operação das Nações Unidas em Moçambique), o que leva a crer que Dhlakama tenciona permanecer vários dias na capital.

Joaquim Chissano, que diz que vai para o encontro de «mãos abertas», defendeu reiteradamente a necessidade da presença permanente de Dhlakama em Maputo, para «agilizar» as consultas e a implementação do Acordo de Roma.

Por seu lado, Afonso Dhlakama

traz para Maputo uma longa lista de exigências, entre as quais avulta a divisão administrativa do país e a nomeação pela Renamo de cinco dos dez governadores de província. Quer também «explicações» acerca da alegada integração de 15.000 oficiais das forças armadas governamentais na Polícia.

A Renamo afirma controlar metade do território moçambicano, mas o Governo contrapõe que apenas sete dos 128 distritos e 37 dos 393 postos administrativos que enquadram Moçambique estão em poder do movimento das «três setas».

Clube Militar é «neutro»

O local escolhido para o encontro é o Clube Militar de Maputo, que Raul Domingos diz ser um lugar «neutro» para os dois políticos moçambicanos. Raul Domingos negou, por outro lado, ter exigido um carro blindado para as deslocações do líder da Renamo.

O encontro parecia seriamente comprometido quando, há duas semanas, se verificaram os primeiros confrontos armados desde Novembro de 1992. A 4 de Agosto, num comunicado assinado por Raul Domingos, a Renamo ameaçava «destruir» a Frelimo, se continuassem os ataques governamentais contra localidades controladas pela guerrilha.

«Mediafax», uma publicação moçambicana independente, noticiou esta semana que Chissano está a ser submetido a pressões de «um pequeno mas influente grupo de oficiais superiores das Forças Armadas de Moçambique

(FAM) e [de] alguns membros do Governo» para «autorizar uma opção militar contra a Renamo», que dizem ser «um tigre de papel» que as FAM poderiam liquidar com «um golpe rápido». Segundo a mesma fonte, Dhlakama teria também problemas com os «duros» da sua organização.

A única coisa certa é que o encontro, pedido pelo líder da Renamo em Abril, foi sucessivamente adiado, e um diplomata português afirma que a sua realização só estará assegurada quando os dois dirigentes se encontrarem frente a frente.

Fontes em Maputo disseram ao EXPRESSO que um influente grupo de militantes da Frelimo está a organizar uma manifestação de mulheres «vestidas de preto» à chegada do homem-forte do Maringue ao aeroporto, mas não foi possível obter confirmação de tais preparativos. Por outro lado, a visita de numerosos ex-régulos ao Hotel Cardoso, actualmente ocupado por quadros e militantes da Renamo, tem alimentado rumores segundo os quais as chamadas estruturas tradicionais estariam a preparar uma recepção triunfal a Dhlakama, que defende a restauração dos poderes que estes chefes tradicionais ostentavam antes da colonização.

Para «evitar embaraços» à segurança, fontes da Renamo não afastam a hipótese de uma «chegada relâmpago» de Dhlakama a Maputo, dez meses depois da data prevista no Acordo Geral de Paz.

Reinaldo Chilenge
correspondente em MAPUTO

NOVAS PRISÕES POLÍTICAS NA GUINÉ-BISSAU — Um grupo de militares fortemente armado irrompeu segunda-feira ao fim da tarde na sede do partido guineense de oposição PRD com um mandado de captura contra João da Costa, assinado pelo promotor de Tribunal Militar, por alegada violação da liberdade condicional. O mandado visava também Tagmé Na Waie, destacado militante do movimento Bafatá. Os dois dirigentes tinham sido libertados há cerca de dois meses, mas proibidos de desenvolver qualquer actividade política. No entanto, alguns dias após a sua libertação, João da Costa decidiu voltar às lides políticas alegando que a decisão do estrangeiro era inconstitucional. De facto, o Supremo Tribunal de Justiça tinha pronunciado um acórdão que dava um prazo de 48 horas ao Tribunal Militar para justificar as prisões de João da Costa e Na Waie. Mas os militares não só não acataram a decisão do Supremo como consideraram a instância incompetente sobre tal matéria. Face à prisão do candidato às presidenciais, que conta com o apoio de uma grande parte da oposição guineense, os partidos legalizados iniciaram, ontem de manhã, contactos com vista a acções conjuntas. Uma delas poderá ser a suspensão imediata da sua participação na Comissão Nacional Eleitoral (CNE). Resgindo a esta possibilidade, uma fonte da CNE garantiu ao PÚBLICO não ter dúvidas que a prisão dos dois dirigentes e uma eventual radicalização dos partidos vão adiar mais uma vez as eleições. A mesma fonte defendeu a necessidade da realização urgente do julgamento dos acontecimentos de 7 de Março para se apurar realmente o que se passou.

PÚBLICO, 8 8 93

AMNISTIA PRESSIONA "NINO" VIEIRA — A Amnistia Internacional lançou ontem uma acção urgente pela libertação imediata dos dirigentes da oposição guineense João da Costa e Tagmé Na Waie, a menos que o Governo do Presidente João Bernardo Vieira invoque as bases legais porque o presidente Partido da Renovação Democrática e o membro da Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bafatá foram detidos no dia 2 de Agosto. Os dois líderes da oposição guineense estiveram presos entre 14 de Abril e 17 de Junho, acusados de implicação numa alegada tentativa de golpe em Março, mas foram libertados em virtude das pressões internacionais que se abateram sobre o Governo de "Nino" Vieira, nomeadamente oriundas da AI. A organização internacional defensora dos direitos humanos, com sede em Londres, sublinha que nenhum dos detidos defendeu ou recorreu à violência, pelo que os considera "presos de consciência", devendo ser restituídos de imediato à liberdade se não foram formalmente acusados e levados a julgamento.

PÚBLICO, 11 8 93

Angola em guerra

PÚBLICO, 10 8 93

Londres levanta embargo a Luanda

A GRÁ-BRETANHA anunciou ontem ter levantado o embargo à venda de armas a Luanda, considerando que "o Governo de Angola tem o legítimo direito à autodefesa", face às actividades da UNITA.

Num comunicado, o Foreign Office recordou que a tripla responsável pelo cumprimento dos acordos de paz (Estados Unidos, Rússia e Portugal) considerou a UNITA responsável pelo retatamento da guerra civil. E disse que a comunidade internacional "encara com simpatia os esforços do Governo de Angola para adquirir os meios necessários à sua defesa".

O gesto de Londres vem ajudar um regime que está altamente carenciado de poder militar, em homens e armas, para tentar reconquistar a segunda cidade do país, Huambo, e impedir a queda de uma série de ou-

tras, desde há meses cercadas pelo partido de Jonas Savimbi.

A Rádio Nacional de Angola disse ontem que, nos últimos sete meses, já morreram 14.000 civis no Cuíto, a capital provincial do Bié, que desde há 15 dias diversas fontes consideram estar à beira de ser totalmente controlada pela UNITA, que assim confirmaria o seu poderio no Planalto Central.

Pelo menos 30 estrangeiros, incluindo italianos e portugueses, foram levados na semana passada, com o bispo do Cuíto, D. Pedro Luis António, por elementos que a rádio oficial disse serem soldados de Savimbi.

Apelo da Igreja

No Huambo, padres e freiras pediram o fim dos bombardeamentos governamentais que

se estão a verificar desde há oito dias e fornecimento de ajuda humanitária, pois que a cidade já sofreu bastante com os 55 dias de combates que ali se verificaram entre Janeiro e Março (e que culminaram com a sua ocupação pela UNITA).

Rodeado por religiosos angolanos, franceses, espanhóis, portugueses, mexicanos e brasileiros, o vigário-geral da diocese, padre António Mário, disse a jornalistas de visita ao Huambo que católicos e protestantes vão fazer em conjunto um apelo ecuménico a favor do fim das hostilidades naquela zona de Angola.

A Igreja afirma-se neutra no conflito, mas admite que tem sido cortejada por uma e outra parte, por motivos políticos, durante uma guerra de que ninguém consegue ainda ver o fim à vista.

Fonte militar de Luanda

disse ontem à agência Lusa que o Cuíto deveria cair dentro de 24 horas nas mãos da UNITA, pois que as tropas governamentais estariam já sem munições, alimentos ou medicamentos. Mas já não é a primeira vez que se anuncia a iminência da passagem da cidade para o controlo total dos homens de Savimbi.

Outras capitais provinciais desde há meses cercadas pela guerrilha são Menongue, Luena e Malanje, cuja posse daria mais consistência às reivindicações do grupo rebelde quanto ao seu alegado domínio de mais de 75 por cento do território angolano.

A Voz da Resistência do Cabelo Negro (Vorgan), que emite a partir da Jamba, anunciou ontem a tomada pela UNITA da zona diamantífera de Kapanzidi, a uns 60 quilómetros de Dundo, na província da Lunda-Norte, extremo nordeste do país. ■

Bispo do Bié "a salvo e em segurança"

EXPRESSO, 14 8 93

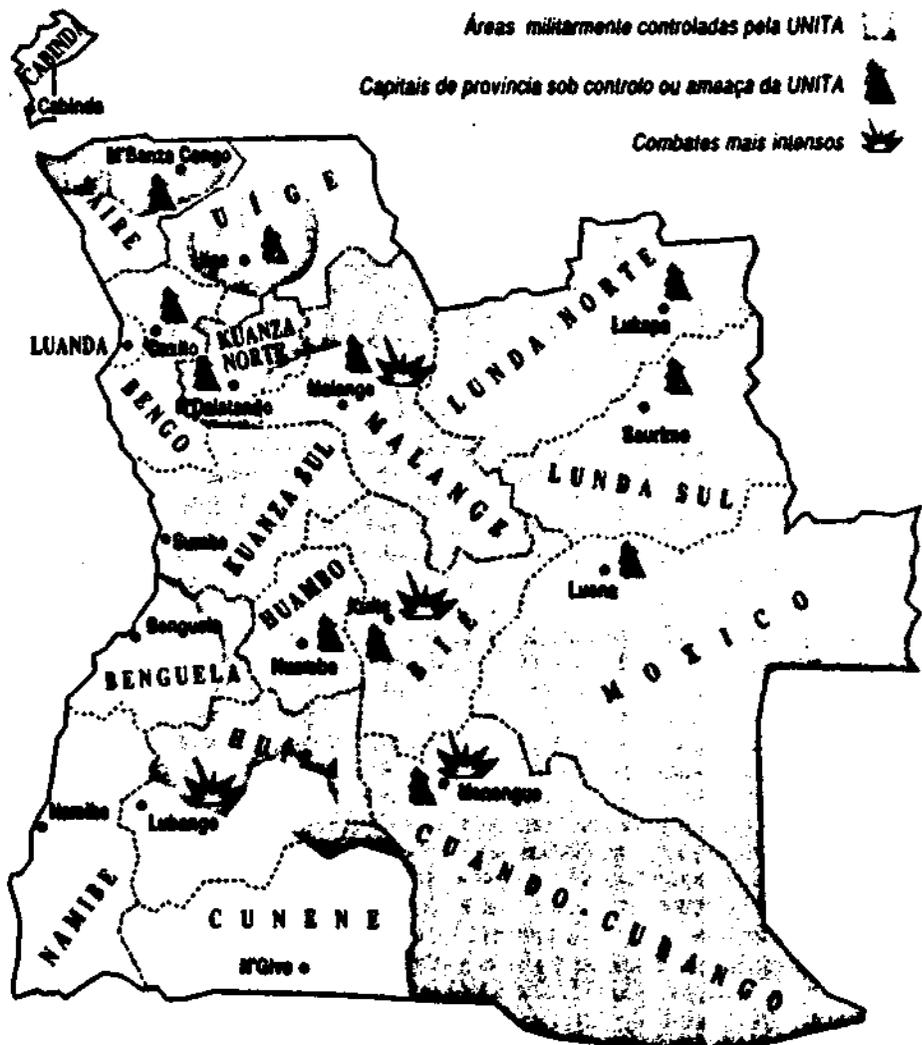
UNITA avança no Cuíto

A UNITA anunciou ontem ter tomado o controlo de uma parte da cidade do Cuíto, capital da província do Bié, no centro do país, depois de ter esmagado um batalhão governamental que tentara forçar o acesso à cidade sitiada a partir da região oriental.

Cercada há sete meses e sujeita a um intenso bombardeamento por parte da oposição armada angolana, a cidade poderá passar dentro de poucas horas para o controlo da organização rebelde — uma hipótese admitida pelo próprio Governo, que sublinha a penúria quer de alimentos quer de medicamentos dos sitiados.

A rádio nacional de Angola não fez no entanto, ontem, qualquer alusão à situação na cidade, referindo apenas a morte de dezenas de rebeldes na província do Cuanza Sul, situada a noroeste do Bié. Só a televisão anunciou que se trata de uma "ofensiva extraordinária", acusando a UNITA de bombardear "as áreas com maior concentração populacional". Duzentos civis terão sido mortos nos últimos três dias.

Depois de Huambo, ocupada em Março pelas forças de Jonas Savimbi depois de uma batalha de dois meses, na sequência da qual morreram pelo menos 12



Continua na pág. 8

Savimbi apela ao fim dos combates

PÚBLICO, 12 8 93

Fernando Sousa

Jonas Savimbi apelou ontem ao fim imediato dos combates em todo o território afirmando que a sua organização não põe quaisquer condições para negociar a paz. Entrevistado no Huambo, actual sede da administração rebelde, pela enviada especial da agência France Presse, Marie Joandis, Jonas Savimbi disse que agora a bola está no campo do Governo e do partido no poder: "Cabe ao Governo dar garantias e não à ONU que assiste, impotente, aos massacres na Bósnia", afirmou.

Sublinhando que a sua organização "não tem condições" para negociar, o líder da UNITA declarou: "Queremos apenas que o MPLA altere a sua abordagem do problema da paz e da reconciliação em Angola". Depois, apelou ao Governo para que tenha maior flexibilidade de uma vez que não pode obter a paz pela força.

Savimbi não se mostrou impressionado pela onda de apoios internacionais a Luanda: "Não há amigos permanen-

tes", disse o dirigente.

Numa crónica assinada terça-feira, a repórter da AFP explicou a estratégia da oposição armada: a criação, no Sul do país, de um espaço militar e económico, na dupla perspectiva do prosseguimento da guerra ou da retomada do diálogo. Do plano faria parte a ocupação de Cuíto, capital da província do Bié, palco dos combates mais violentos dos últimos dias e caminho decisivo para tomar Menongue, capital do Cuando Cubango, também sitiada.

A disponibilidade manifestada por Savimbi poderá ser, assim, meramente estratégica, nesta luta de posições. Ela ocorreu um dia depois do secretário adjunto da UNITA para a Informação, Lukamba Gato, ter denunciado o apoio de vários países ao Governo — no âmbito do que classificou como uma "conspiração internacional" contra a organização — e prometido que a guerra ia continuar no terreno.

Ofensiva governamental

A proposta do dirigente da UNITA coincidiu com a intensificação dos bombardeamentos contra o Cuíto, sitiado há dois meses e alvo, nos últimos dias, de um assalto de grandes proporções. O número de mortos na cidade poderá ascender a

14 mil. Testemunhas citadas pela Reuter referem cadáveres nas ruas apodrecendo ao sol.

Uma fonte militar não oficial admitiu como "inevitável" a queda da capital do Bié "nas próximas horas", apesar da resistência dos sitiados, depois de uma outra ter dado conta da recuperação do centro pelas forças governamentais. A luta é corpo a corpo.

Tropas governamentais desencadearam, por outro lado, uma larga ofensiva contra Ganda, localidade a meio caminho entre Benguela e Huambo, a 200 quilómetros do litoral, operação precedida por vários raids de aviões PC-7 e Mig, que metralharam colunas da UNITA que partiram do Huambo em auxílio dos ocupantes de Ganda.

Fontes militares citadas pela Lusa classificaram como "inevitável" a recuperação da localidade, em poder da UNITA desde Outubro. As áreas de Membassoco e Colondende, na linha ferroviária entre Cubal e Ganda, estavam de manhã "a ferro e fogo", testemunhou a agência no local. As mesmas fontes consideram que Savimbi não tem outra solução senão defender a posição a todo o custo. A sua queda resultaria numa ameaça directa ao

Huambo e eventualmente numa viragem do conflito.

A onda de anunciados auxílios internacionais que acompanha a tentativa do Governo angolano em passar à contra-ofensiva poderá ser, no entanto, mais um estado de espírito que uma vaga de solidariedade material com efeitos a curto prazo. Vários países — como foram os casos recentes da Grã-Bretanha e da Rússia, e poderá ser proximamente o da França, segundo ontem foi anunciado em Paris — têm manifestado a sua disposição em abastecer o Governo de armas, justificando a medida com a necessidade da estabilização da relação de forças e do relançamento das negociações de paz, mas observadores receiam que isso leve tempo demais.

Segundo diplomatas em Luanda, citados por Lawrence Bartlett, da AFP, o apoio internacional prestado ao Governo do Presidente José Eduardo dos Santos ainda é mais psicológico que material. Um adido militar ocidental disse que a administração recorreu nos últimos meses a intermediários para conseguir o que precisa no mercado livre mundial e que o principal problema é o financiamento. ■

Continuação
da pág. 7

UNITA avança no Cuíto

mil pessoas, Cuíto, onde segundo fontes militares em Luanda terão morrido já 14 mil pessoas, poderá ser a segunda cidade angolana a passar para o controlo rebelde.

Segundo a Vorgan, a rádio da UNITA que emite a partir de Jamba, muitos soldados governamentais fugiram da cidade desde a intensificação dos combates, em meados de Julho, mas quase todos os dias oito eram interceptados e abatidos. Fontes diplomáticas em Luanda citadas pela Reuter dizem que 2500 soldados estão a defender o Cuíto contra um número muito superior de atacantes.

UNITA critica Londres

E foi em Huambo que a organização protestou ontem contra a decisão da Grã-Bretanha em auxiliar militarmente o Governo angolano. "É uma decisão contrária aos esforços do represen-

tante do secretário-geral da ONU, Blondin Beye, que experimenta, por todos os meios, encontrar uma solução negociada", disse à AFP o secretário adjunto para as Relações Exteriores, Lukamba Gato.

A mesma fonte sublinhou que Beye lhe telefonou segunda-feira para o informar dos esforços que está a fazer para reunir os beligerantes num local e numa data ainda não fixada. "A UNITA está pronta a negociar. Estamos convencidos que só o diálogo poderá conduzir ao fim da crise", disse, acentuando que as posições de Portugal, dos EUA, da Rússia e agora da Grã-Bretanha não contribuem para uma solução e que "a guerra vai continuar".

Lukamba Gato acusou ainda a Espanha, Portugal, Rússia, Israel e até a África do Sul de estarem a fornecer armas a Luanda. "Isto confirma as suspeitas de que a UNITA está a ser viti-

ma de uma conspiração internacional", disse.

O sucessor de Margaret Anstee como representante do secretário-geral da ONU em Angola deslocou-se entretanto ao Zaire onde tinha ontem marcado um encontro com o Presidente Mobutu Sese Seko, no quadro do périplo que realiza a vários países africanos.

Blondin Beye, que antes visitou a Namíbia, deverá depois dirigir-se ao Gabão. A sua estratégia passa pela construção do mais alargado compromisso a favor do processo de paz. Para o mediador, os pontos de vista de Kinshasa, Windhoek e Libreville são "absolutamente indispensáveis" para completar os esforços da ONU.

O Secretariado de Informação UNITA anunciou entretanto que D. Pedro Luís António, bispo do Bié, se encontra a "alvo e em segurança na sua residência".

Contactado telefonicamente pela Rádio Nova, do Porto, a UNITA afirma que o bispo do Bié está "protegido" pelas forças armadas da organização, à semelhança do que acontece com as restantes autoridades eclesásticas que integram o bispado do Cuíto.

Notícias anteriores tinham referido que D. Pedro Luís António, 72 anos, e um número indeterminado de pessoas, entre elas alguns portugueses, tinham sido "raptadas" ou levadas da capital da província do Bié por guerrilheiros da oposição armada angolana.

"Todas as investidas e cidades inimigas contra o bispado pelas forças do MPLA fracassaram graças à protecção da UNITA", disse Jorge Valentim, do movimento de Savimbi, à Rádio Nova, sem no entanto identificar as pessoas em poder da organização rebelde. ■

Governo angolano não acredita na oferta de paz de Savimbi

Apelo indeferido

PÚBLICO, 13 8 93

A SERIEDADE do apelo lançado na quarta-feira pelo líder da UNITA ao fim das hostilidades e ao recomeço das negociações, sem condições, foi ontem posta em causa pelo Governo angolano, que sublinhou a diferença entre as palavras e os actos de Jonas Savimbi.

Assim, para o primeiro-ministro angolano, que recusou liminarmente a proposta, esta não passa de um exercício de "retórica" enquanto a UNITA "massacra" a população do Cuito, a capital da província do Bié situada há dois meses. "Se ela [a proposta] fosse seria ele [Savimbi] tê-la-ia apresentado às Nações Unidas, que negociam a paz em Angola", disse Marcolino Moco à rádio oficial.

Também o vice-ministro das Relações Exteriores, Jorge Chicoti, desmereceu da oferta. "Honestamente, penso que a UNITA não quer negociar nada. Se ela tiver força suficiente tentará tomar o poder por força das armas", disse aos jornalistas, em Lisboa.

Jorge Chicoti, desde ontem em Portugal, depois de visitar os Estados Unidos e a Bélgica, recordou que Jonas Savimbi não apresentou a sua proposta aos microfones da Vorgan (a emissora rebelde que emite da Jamba) nem

às Nações Unidas e que não utilizou o canal oficial de negociações — a ONU. Desde Outubro que a UNITA "só faz destas declarações quando está numa situação de dificuldade", retomando as ofensivas militares logo que esta acaba, disse.

O vice-ministro angolano, que se encontrou com o secretário de Estado da Cooperação, Briosas e Gala, elogiou a actuação de Portugal, afirmando-a "muito coerente". Há o entendimento de que Lisboa acredita que "não se pode continuar a dar sinais à UNITA de que a situação é tolerada pela comunidade internacional", disse.

Chicoti disse ainda que Portugal poderá ajudar Angola mais no plano político-diplomático que no militar. Considerou que Lisboa poderá jogar um papel "muito activo" na implementação das resoluções do Conselho de Segurança e que seria "positivo" o encerramento dos escritórios da UNITA na capital portuguesa.

Quer Marcolino Moco quer Jorge Chicoti sublinharam a contradição entre a proposta de Jonas Savimbi e a situação no Cuito, alvo de informações contraditórias, con-

forme chegam de fontes governamentais ou são veiculadas pela Vorgan. Notícias sobre a queda iminente da cidade vêm alternando com anúncios de ataques repelidos pelas forças governamentais. Acusações recíprocas do bombardeamento da população civil vêm de ambos os lados.

Uma centena de militares da UNITA, chegados no princípio da semana ao Huambo, onde se encontra instalada a administração rebelde, disseram ontem a dois jornalistas ocidentais, um dos quais a enviada especial da agência France Presse, Marie Joannidis, terem sido forçados a integrar-se nas Forças Armadas Angolanas após a sua libertação de uma prisão de Luanda.

Os fugitivos disseram ainda ter sido encaminhados do aeroporto militar de Luanda para a base da Catumbela, perto de Benguela, a bordo de aviões pintados de branco e ostentando o símbolo PAM (Programa Alimentar Mundial), uma agência da ONU. Aproveitaram depois a confusão dos combates do Cubal para fugirem.

Um Iliuchine e um C-130 foram os aparelhos utilizados

para o transporte dos fugitivos, pilotados por brancos, no primeiro caso por russos e no segundo por espanhóis, disse o capitão Armando Coimbra, citado pela repórter da agência francesa.

No mesmo dia em que os fugitivos faziam estas declarações, "os sobreviventes da hecatombe de Luanda, Benguela e Lubango, que neste momento se encontram presos nas cadeias de S. Paulo, antigas instalações do Regimento de Infantaria 20, instalações do Ministério da Defesa, Hotel Trópico (em Luanda) e noutras cidades" lançavam, em Lisboa, uma "carta aberta" em "defesa da sua honra e dignidade".

Os signatários negam ter cometido qualquer crime previsto ou punido pela lei angolana, afirmam que a causa da sua prisão é apenas o facto de pertencerem à UNITA, desmentem estar sob custódio do Governo por sua livre vontade e acusam este de entravar o trabalho das organizações humanitárias a seu favor.

Denunciam ainda o carácter meramente "decorativo" dos deputados da UNITA, "diariamente ameaçados e os seus discursos censurados", o atentado à honra dos militares de alta patente oriundos das FALA (Exército da UNITA), também estes "figuras decorativas", o aliciamento de que são alvo para se afastarem da organização e a infiltração de agentes governamentais nomeadamente no Programa Alimentar Mundial. ■ F.S.

Governo tem recebido mensagens de Angola PÚBLICO, 10 8 93

Mais portugueses querem regressar

O GOVERNO português tem continuado a receber mensagens de portugueses residentes particularmente no Cuito e em Menongue, Angola, nas quais manifestam a sua vontade de regressar a Portugal. Segundo informações oficiais recolhidas pelo PÚBLICO, no Cuito existirão neste momento cerca de 22 famílias de origem portuguesa, não se sabendo, no entanto, se todas desejarão abandonar de imediato o país. Estas mensagens têm chegado a Lisboa via Cruz Vermelha, o que tem levado o Governo a manter em estado semioperacional os técnicos que, nomeadamente, na Secretaria de Estado da Cooperação, acompanharam as operações de evacuação do Huambo. Apesar de por agora e, devido à

situação de guerra existente naquelas regiões de Angola, não ser possível prever um calendário com vista ao relançamento de operações semelhantes às que trouxeram até Portugal alguns dos nossos compatriotas que se encontravam no Huambo, o Governo está pronto a desencadear novos processos logo que a situação o permita.

Foi neste sentido que o secretário de Estado da Cooperação, Briosas e Gala, dirigiu uma carta ao Presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha, senhor Sommaruga, solicitando o empenhamento daquela organização na evacuação de outros portugueses residentes em Angola. Aliás, Briosas e Gala tinha já manifestado a Sommaruga esta vontade quando com ele se

encontrou há algumas semanas em Genebra.

Esta preocupação do Governo português em não deixar estorpecer os contactos com a Cruz Vermelha, deve-se ainda ao facto de Lisboa não dar por encerrada nenhuma das operações de evacuação, nomeadamente a do Huambo. Isto porque, segundo informações do Governo, os serviços consulares portugueses não foram autorizados a visitar o Huambo, o que impediu a elaboração de uma lista credível de quantos portugueses ali residiam. E é sabido que em algumas localidades próximas daquela cidade angolana existem outros portugueses que têm também manifestado a vontade de regressar. Aliás, na altura da evacuação dos portugueses do

Huambo a UNITA contactou a Cruz Vermelha com a intenção de pressionar o Governo de Lisboa a dar por encerrado o processo de evacuação, o que não foi aceite. Ao que o PÚBLICO apurou, o Executivo respondeu que enquanto os nossos serviços consulares não fossem autorizados a verificar no terreno o número de portugueses ali residentes e as suas intenções quanto a ali permanecerem, o processo continuaria a manter-se em aberto.

Na carta a Sommaruga, Briosas e Gala aproveitou ainda para agradecer os esforços do Comité Internacional da Cruz Vermelha no repatriamento de mais de 300 portugueses do Huambo e solicita a confirmação da existência de um cidadão português alegadamente detido pela UNITA. ■ J.P.

O Dondo mais perto da guerra

EXPRESSO, 14 8 93

Gustavo Costa enviado ao DONDO

DONDO, a 150 quilómetros de Luanda, é terra de asilo para muitos refugiados do Kuanza Norte. São mais de três mil, estirados ao longo da marginal ou por outras zonas da cidade, situada na fronteira entre as províncias de Kuanza Norte e Dembo. Do que acontece no resto de Angola pouco ou nada conhecem. Da ofensiva militar desencadeada pelas forças governamentais no princípio deste mês apenas sabem que o Huambo foi bombardeado.

E quando lhes falam dos «raids» nocturnos da Força Aérea angolana sobre as províncias de Huambo, Bié e Huíla, dizem estarem mais preocupados com os obuses que a UNITA pode disparar contra eles a partir do Quiringo, a 20 quilómetros do Dondo, onde hoje se travam violentos combates envolvendo artilharia pesada dos dois lados.

Têm motivos para estarem preocupados. Segundo um velho camionista que fazia transportes entre Luanda e o Dondo «enquanto todo o mundo está com os olhos postos no Huambo, quase ninguém está atento ao que se passa na nossa estrada».

Comem cacussos (peixes do rio) e o que sobrou das ajudas distribuídas pelo Programa Alimentar Mundial (PAM). Alguns vieram de Malange, mas a maioria é oriunda de N'Dalatando, ex-Salazar, gente pobre e simples, como tantos outros que a guerra obrigou a deixar as suas casas e aldeias.

Quando chegaram prometeram-lhes que poderiam regressar em breve, mas, com o passar das semanas e dos meses, compreenderam que a situação não se alteraria tão cedo, e a vida torna-se cada vez mais difícil.

Dependem das ajudas fornecidas pelo PAM e outras organizações humanitárias e queixam-se das autoridades locais, que acusam de desviar grandes quantidades de arroz, açúcar e óleo, para os revender no mercado negro em Luanda.

Mas esta última semana foi para esquecer. O roncar dos helicópteros da Força Aérea ou da Sonangol é agora o único sinal de vida que chega de Luanda.

«Com a ajuda das Nações Unidas ainda nos salvávamos, mas agora estamos a passar mal e não sei o que será de nós se a UNITA insiste em tomar o controlo da estrada que une o Dondo a Luanda», diz André Cassoneta, um velho refugiado de Malange, natural de Duque de Bragança, onde os rebeldes transformaram as instalações da barragem do Capanda numa das principais bases de apoio aéreo às suas tropas.

«Quero regressar à minha terra porque tenho que cuidar da família e do gado», lamenta-se Sabalo Francisco, outro refugiado, com familiares a combater nos dois campos. Tem um filho nas FAA, algures em Benguela, e um dos seus irmãos fez parte do grupo de homens da UNITA que tentou destruir na semana passada a estação de comunicações via satélite de Cacucaco, nos arredores de Luanda.

Destruição de ponte cortou ligações

A desgraça bateu à porta dos camionistas que percorriam regularmente a estrada entre Luanda e Dondo com a destruição da ponte do Zenza do Itombe. Muitos refugiados mergulharam no desespero por verem a capital do país cada vez mais distante, mas os mais optimistas garantem que o problema será rapidamente resolvido. Desde quarta-feira, equipas militares estão a trabalhar na abertura de um caminho alternativo.

Esta semana, a fábrica de cerveja «Eka» do Dondo recebeu matérias-primas transportadas de helicóptero e o responsável financeiro da empresa, António Ferreira, disse ao EXPRESSO que a situação acarreta milhões de kuanzas de prejuízo diários.

Desconsolado e triste anda Marques Simões, um camionista português radicado no Dondo há mais de 20 anos, apanhado «na contra-mão» pelo ataque da UNITA contra Zenza do Itombe. Retido em Luanda há mais de uma semana, Simões não sabe quando poderá fazer-se de novo à estrada, mas garante que voltará ao Dondo «logo que as tropas limpem a zona».

Todos os dias, junta-se aos outros camionistas que se concentram à porta dos escritórios da «Eka» à espera da ordem de regresso. Apesar da insegurança, da proximidade da frente de batalha, todos querem voltar ao Dondo, tão perto e tão distante de Luanda, que parece alheia aos sofrimentos dos refugiados.

Bombas no Huambo só vitimam civis

EXPRESSO, 14 8 93

Ruy Bacelar no HUAMBO

DO ANDULO para o Huambo, uma etapa imprevisível: uma paragem em Chinguar, apenas a 75 km da capital da UNITA. Para trás ficou o Cuíto. Mas, por causa dos combates, o nosso carro fez um desvio, para passar a três km da cidade, que, asseguram os operacionais da UNITA, não tarda a cair: «Não temos pressa, se não for já, será amanhã! Mas vai cair, eles não aguentam mais».

«Eles» são as forças do Governo, há sete meses sitiadas. Os combates travam-se rua a rua, o avanço do movimento de Savimbi é lento, para tentar empurrar as forças adversas para a estação de caminho-de-ferro de Cunje, a dois quilómetros da cidade, única posição que o Governo ainda controla na zona. No meio do fogo, os civis que preferiram não abandonar a cidade refugiaram-se no centro.

«Famílias inteiras estão a ser mortas nos combates do Cuíto», diz um padre marista brasileiro, evacuado pela UNITA para o Huambo. Quantas pessoas mortas nos combates? Ninguém sabe ao certo. Os balanços avançados pelo Estado-Maior do Exército angolano são vistos pelos religiosos como obedecendo mais a propaganda do que a outra coisa. No entanto, afirmam que os combates são mais violentos do que durante a guerra dos 55

dias, no Huambo. Difícil imaginar, visto o estado em que se encontra agora o Huambo.

Mas, para já Chinguar, a localidade a que já chegara o arranjo do Caminho de Ferro de Benguela durante os efémeros dias de paz do período eleitoral. Uma avaria no carro obrigou-nos a esta paragem numa casa onde ainda se pode ver escrito: «Restaurante Pensão Alejejana». Numa sala transformada em escola, a louça de um velho bilhar despido do seu pano verde foi desviada e cumpre as funções de quadro preto, na vertical contra uma parede.

Alarme de Migas

Cá fora, mulheres, homens e crianças carregam à cabeça, em bicicletas ou em engenhosas trotinetas construídas com pneus e materiais recuperados, batatas, abacates, ananases, morangos, cenouras, etc. A terra é rica, o mercado não é longe.

De repente, entre as frases em umbundo, uma exclamação é repetida: «O Mig!». As pessoas correm para debaixo das árvores, os raros camiões a circular aceleram. Em instantes a rua principal está deserta. E começam-se a ouvir os retores dos aviões governamentais. Desta vez, as bombas destinam-se aos arredores do vizinho Cuíto, mas naquela manhã foram os municípios próximos de Chinguar

os visados. É que os «Mig 23» e os «Sukhoi» por vezes não conseguem largar as bombas no Cuíto, por causa da defesa anti-aérea. Assim, descarregam-nas nas cidades que a UNITA controla ou em aldeias ao longo do percurso que os leva de volta à sua base de Catumbela, perto do Lobito.

Bombardeamentos diários

No Huambo a realidade é outra. Bairros inteiros foram destruídos pela aviação governamental ainda antes da guerra dos 55 dias. Toda a cidade tem as marcas dos combates. No centro e na avenida principal não há um palmo de parede sem impactos de bala ou de RPG7. O palácio do Governo mostra que ali os combates foram mais violentos, quando os homens de Savimbi decidiram recuperar a «sua cidade».

Mas isso é já o passado, a preocupação agora é outra. Quando chegámos ao Huambo, a cidade estava submetida há cinco dias a bombardeamentos aéreos diários. Quatro a oito «raids» por dia, 76 bombas. E, segundo as igrejas ou o delegado da Cruz Vermelha Interna-

Continua na pág. 11

Governo angolano e UNITA voltam a Abidjan em Setembro

EXPRESSO, 14 8 93

OS NEGOCIADORES da UNITA e do Governo angolano poderão voltar a encontrar-se em Abidjan nos primeiros dias de Setembro, devido à forte pressão internacional para que assinem um cessar-fogo.

O EXPRESSO soube, na capital da Costa do Marfim, que a UNITA sondou este país africano para saber da sua disponibilidade para organizar a próxima ronda de negociações (Abidjan III). Embora a resposta tenha sido «positiva», o encontro não poderá realizar-se «antes do fim de Agosto», dada a ausência do Presidente Houphouët-Boigny e do seu ministro dos Estrangeiros, Essy Amara, disse o representante da UNITA em Abidjan, John Kakumba Marques.

A possibilidade de um novo encontro entre os dois beligerantes antes do prazo-limite dado à UNITA pelo Conselho de Segurança da ONU para regressar à mesa das conversações (15 de Setembro, dia em que o CS voltará a reunir-se para discutir a questão de Angola) surge numa altura em que Luanda deverá pressionar para que o CS se reúna antes dessa data e tome medidas mais enérgicas em relação ao movimento de Savimbi.

Segundo o EXPRESSO apurou em Lisboa de fonte governamental, as pretensões do Governo de José Eduardo dos Santos, que esta semana se reuniu por várias vezes com os membros da delegação às negociações, são apoiadas pelo Governo português e merecem, também, a concordância

dos Estados Unidos. O secretário de Estado português para a Cooperação, Briceia e Gala, terá mesmo sugerido ao vice-ministro angolano das Relações Exteriores, Jorge Chicoti, esta semana, em Lisboa, que Luanda aumentasse a pressão nesse sentido. O facto de a UNITA ter enviado à presidente do CS, Madeleine Albright, uma carta — divulgada ao fim da tarde de ontem —, na qual lhe pede que «use a sua considerável influência para pressionar o MPLA a mostrar mais flexibilidade», apenas vem confirmar os receios do movimento do Galo Negro perante tais pressões.

UNITA quer ONU Luanda quer «Abidjan»

O aparente fracasso da prometida «ofensiva final» da UNITA contra o Cuito, capital provincial do Bié, a ofensiva das FAA contra o Huambo e outras posições estratégicas da UNITA no Planalto Central e a decisão do Governo britânico de levantar o embargo à venda de armas a Luanda (que poderá concretizar-se com o fornecimento de helicópteros), passo que a França poderá seguir em breve, terão sido os principais factores que levaram o movimento de Savimbi a tentar antecipar-se à data-limite do CS.

O regresso antecipado a Luanda do maliano Alioune Blondine Beye — o sucessor de Margareth Anstee no cargo de representante especial do secretário-geral da ONU em Angola —, que interrompeu em Libreville o périplo africano que iniciara esta semana em Windhoek, é outro indício que parece confirmar uma aceleração dos preparativos de um encontro antes de 15 de Setembro. No entanto, uma data só deverá ser anunci-

ada oficialmente, «quando os mediadores considerarem reunidas as condições de êxito», segundo uma fonte diplomática ocidental ligada ao processo.

«O que interessa são os resultados, não o encontro em si», como propôs Savimbi em declarações feitas quarta-feira, no Huambo, a uma jornalista da France Presse, acrescentou a mesma fonte.

Em resposta à proposta do líder da UNITA de reinício «imediato e incondicional» das negociações indirectas entre os dois beligerantes angolanos, o ministro-adjunto dos Negócios Exteriores de Angola, João Miranda, afirmou que o seu Governo está «disposto a assinar hoje mesmo o protocolo de Abidjan». A proposta de Savimbi ainda não tinha sido comunicada oficialmente à ONU ontem, soube o EXPRESSO em Luanda.

A UNITA continua a condicionar um acordo de cessar-fogo com Luanda à criação e envio de uma força de interposição da ONU para Angola, enquanto Luanda insiste na assinatura do protocolo de Abidjan, porque considera que a pretensão da UNITA equivaleria a deixar intacta a sua máquina de guerra e impediria o Governo de reorganizar e reequipar as suas próprias tropas.

Continuação da pág. 10

O desespero do Huambo

cional no Huambo, nenhuma vítima militar, apenas civis. Acção deliberada?

Para Martin Alleman, o delegado da Cruz Vermelha, cuja sede foi destruída por uma bomba, tudo parece indicar que não é um acaso. A sede da organização internacional estava devidamente assinalada com a bandeira, o carro estacionado à porta era branco com a cruz vermelha, as autoridades do Governo tinham recebido o plano com a localização da sede da organização. No entanto, a bomba lá está.

Duas crateras surgem logo à entrada da casa, no sítio onde estava estacionado o automóvel, agora literalmente encastado na fachada. Os outros impactos semearam a desolação em bairros populares de casas de adobe e telhados de zinco.

Sábado, dia 7, novos bom-

bardeamentos. A anti-aérea da UNITA entra em acção, na rádio pode-se seguir o diálogo dos pilotos. Águia, Falcão, Fantasma, ora em português, numa gíria muito luandense, ora em russo, regozijam-se: «Hoje, é hoje», «Casa Grande à vista», «Pau neles». Casa Grande é o Huambo no seu código.

Embora os pilotos se queixem de que a anti-aérea os não deixa «trabalhar», a ordem de largar é dada. A 7 mil metros de altitude, nem bombas nem aviões se vêem. Só se ouve as explosões, que fazem estremecer a cidade. De novo as zonas suburbanas são atingidas.

No meio da poeira e dos gritos dos familiares, os restos duma casa do bairro do Kapanço. Corpos destróçados, feridos em estado de choque com gestos incoerentes, ora tentando-se levantar ora caindo. Ao

todo 11 mortos só aqui. Mas durante o dia caem na cidade e arredores oito bombas.

Epidemia de sida?

Quantas vítimas? Balanços não há, os sete dias de bombardeamentos teriam causado entre 50 e 250 mortos. É que, tal como dizem os padres e pastores presentes em todos os municípios e bairros, as pessoas enterram os seus mortos. E, como não há gasolina e o gasóleo é raro, o hospital não pode enviar ambulâncias para recolher os feridos. Um hospital central, onde os 23 médicos fazem o que podem: os antibióticos estão esgotados, a água não é tratada, ligaduras e pensos têm de ser reciclados. Se o auxílio internacional continua bloqueado em Luanda ou no Lobito, a

situação, já dramática, passará a ser catastrófica.

As igrejas, católica, protestante, baptista, etc., lançaram um apelo ecuménico, pedindo o fim da guerra e o início de negociações rapidamente, que parem os bombardeamentos, que o auxílio humanitário recomece. «Não há razão — diz o padre Mário — para que o Huambo não receba auxílio e que o Lobito, Benguela ou Luanda o recebam. O Huambo está em paz, não há combates, apenas estes bombardeamentos».

Outro perigo espera a população: «Temos muitos mortos por falta de sangue — diz a dra. Dulce. — As transfusões são feitas sem qualquer análise prévia, já que não temos os meios. Ora aqui há muitas hepatites e muita sida. Não sei o que vai ser o futuro...»

Opinião

Vitor Sá Machado*

A guerra em Angola

PÚBLICO, 15 e 93

1. Todas as guerras são absurdas, mas algumas há particularmente imorais, aquelas em que o que se discute não são já visões do mundo e do homem, sistemas de vida ou direitos fundamentais — tudo aquilo que, apesar de tudo, pode conferir alguma dignidade ao acto trágico de matar e morrer —, mas apenas e tão-só a ambição de mandar, mesmo que sobre um corpo exangue e despedaçado.

2. É isto que se está a passar em Angola, teatro de uma guerra que perdeu todas as suas justificações doutrinárias: o partido único e o marxismo desapareceram; as eleições tiveram lugar, livres quanto bastem. Neste quadro, pode legitimamente perguntar-se para quê e em nome de quê se combate e se matam e estropiam milhares de infelizes?

3. A resposta que as circunstâncias permitem é que se combate pelo poder e pelo mando, sem outra razão instrumental que o contencioso étnico, em grande medida criado e agravado pela guerra.

Mas se é assim, e uma vez que nenhum dos beligerantes pode arrogar-se uma representação etno-tribal tão ampla que lhe permita — nesse cenário de confronto não pacificado — governar em paz, na base de um consenso, mínimo que seja, então há que concluir que além de absurda e brutal, a guerra — aquela guerra — é também estúpida e inconsequente, porque não pode conduzir a nada, e designadamente ao objectivo visível de quem a relançou, isto é, esmagar o adversário e governar em seu lugar.

Não o pode fazer a UNITA, a quem falta em legitimidade o que porventura lhe sobra em violência, porque apesar de uma base de apoio larga não representa a maioria do povo de Angola: se o dr. Savimbi chegar a Luanda para ocupar os palácios, tudo o que terá conseguido é inverter os papéis do drama angolano; passará a ser o "establishment", apoiado em 30 ou 40 por cento da população, mas tendo de combater incessantemente para defender esse poder dos restantes 60 ou 70 por cento que

não aceitarão certamente o domínio de uma etnia, imposto pelas armas.

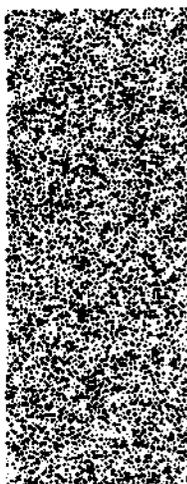
Disparada a lógica da conflitualidade étnica e tribal, já não é possível recolher a da circunstância política angolana — tendo operado paralelamente a definitiva africanização do país — e estará presente a esse título em qualquer dos futuros cenários. Não o pode fazer igualmente o MPLA, por identidade de razões, embora o quadro das suas obediências seja potencialmente mais vasto que o da UNITA, dadas as suas características de partido não-tribal, predominantemente urbano e crioulo, mas a quem falta força militar e convicção moral.

4. Se as considerações anteriores são correctas, o que parece dever dizer-se aos angolanos — no uso do direito que a todos nos assiste de não pactuarmos com a violência, a morte e a estupidez — é que deixem de matar-se uns aos outros, para se interrogarem por um momento sobre as razões por que o fazem e para procurarem, para a sua terrível situação, as saídas que existem e que podem propiciar a paz.

Essas soluções não passam pela continuação da guerra, nem pelo esmagar de qualquer dos adversários: mas pela descoberta de plataformas de consenso e de participação susceptíveis de moldar a configuração do Estado às realidades do país e sobretudo à sua diversidade étnica, suficientemente demonstrada. Já é tempo de entender que o Estado centralizado se adequa mal aos substratos nacionais formados por unidades subnacionais portadoras de identidades, coerência, culturas e tradições diferentes.

Importa arquitectar urgentemente um modelo constitucional que reflecta esta diversidade e que, respeitando a integridade nacional no seu sentido mais amplo, dê expressão e voz às especificidades regionais: tal arquitectura é necessária, de resto, se se deseja que a democracia se desenvolva em África, onde, para que isso aconteça, tudo o que tem de ser preservado é a qualidade essencial da soberania popular expressa no direito da participação política dos cidadãos e na sua possibilidade de escolherem o Governo que desejarem. Tal só será possível em termos de uma grande descentralização que torne efectivamente o governo das coisas algo próximo das pessoas, do ritmo do seu quotidiano e dos ciclos da sua vida.

Em países de fronteiras artificiais, nos quais



os partidos tenderão fatalmente a identificar-se com as tribos ou as etnias, a participação, o direito de oposição e sobretudo a expectativa de alternância só serão realizáveis se o poder se organizar em plataformas regionais suficientemente demarcadas para assegurar nacionalmente o pluralismo necessário e dentro de cada plataforma a formação de grupos que exprimam mais a opinião ou a ideologia que a etnia ou a raça.

5. A solidariedade permanentemente demonstrada desde os tempos da luta anticolonial pelos cinco países de expressão portuguesa em África constitui um valor inestimável, que fez inclusivamente surgir, no mundo da relação internacional, uma entidade nova, que vai, estamos certos, fundamentar uma nova comunidade de nações, pertencentes a continentes e circunstâncias diversas, mas entre si ligados pelo cimento mais perdurável: a língua e a cultura que nela se exprime, o passado comum nas suas expectativas, nas suas dores e nas suas vitórias, a necessidade de acautelar e proteger um futuro ameaçado pela instabilidade que parece constituir a única certeza para os anos que vêm.

Essa solidariedade entre os cinco e mais alargadamente entre os sete deveria protagonizar a mediação que é urgente fazer em Angola: porque mais próxima, mais atenta, mais afectuosa, mais capaz de entender, sem julgamentos ou condenações. A face visível dessa solidariedade é, neste momento, a do Presidente da República de São Tomé, a quem pertence a presidência da Conferência dos 5. Miguel Trovoada é um político de envergadura, consequente e respeitado. Quem melhor do que ele para, em nome dessa antiga solidariedade e no quadro institucional que a corporiza, chamar à razão e à fala os seus irmãos angolanos? *

* Ex-ministro português dos Negócios Estrangeiros e administrador da Fundação Calouste Gulbenkian responsável pelas relações com África

FAÇA JÁ SUA ASSINATURA

LIGUE 531-2000, RAMAL 259



Amaro de Matos, presidente do IPE, escreveu uma carta ao presidente da Endiama, Noé Baltazar, em que contesta a decisão unilateral de contratar a empresa ITM como operador mineiro, por um período de dois anos. Suspeitas de existirem interesses pessoais no negócio estão na base da missiva do IPE



IPE contra

EXPRESSO, 14 de 93

negócio das Bermudas

GRAVES divergências estalaram esta semana entre os accionistas portugueses (SPE, do grupo IPE) e angolano (Endiama, a sucessora da Diamang) da Sociedade Mineira da Lucapa, empresa que tem a concessão da exploração de diamantes numa área de 35 mil quilómetros quadrados (cerca de metade da extensão de Portugal), no Nordeste de Angola. Concretamente, o IPE levanta, ainda que veladamente, a possibilidade de existirem interesses pessoais na decisão unilateral tomada por membros da Endiama de contratar, por um período de dois anos, para operador mineiro a ITM, uma sociedade de capitais zambianos e sul-africanos com sede no paraíso fiscal das Bermudas.

Amaro de Matos, presidente do IPE, enviou, quinta-feira, uma carta ao presidente da Endiama, Noé Baltazar, em que declara não aceitar a decisão tomada pela parte angolana numa reunião a que não atribuiu qualquer valor e validade jurídica, por ter sido «mal convocada e mal agendada».

Na carta, de que foram enviadas cópias ao presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e aos ministros dos Negócios Estrangeiros e de Geologia e Minas do Governo de Luanda, o presidente do IPE considera a operação pouco transparente, uma vez que a ITM está ligada ao grupo Intraco, «dealer» da Caterpillar em Angola. Ora a

Lucapa é um dos maiores clientes angolanos da Caterpillar, o que colocaria a ITM na dupla situação de fornecedora e mandante do cliente.

A hipótese de existirem interesses pessoais no negócio é cautelosamente referida na epístola de Amaro de Matos, que ao recusar o contrato afirma estar apenas a procurar manter a Sociedade Mineira da Lucapa «no cumprimento de regras, as mais simples, de seriedade e ética». Antes, o presidente do IPE escrevia que poderia, «sem facilidade, ter encontrado formas de partilhar com a ITM os benefícios de tal situação; não o fizemos, nem o faremos nunca e não leve V. Exa esta posição à conta de ingenuidade. É uma postura ética que não abandonaremos e na qual julgamos nosso dever insistir em todos os associados a alinharmos».

Nová estrutura accionista

O director geral da Lucapa, o português José Lopes, foi enviado de emergência antecipadamente para Angola, tendo como primeira tarefa despedir as 22 pessoas que os zambianos da ITM já mandaram para a concessão diamantífera da Lucapa.

Esta é a segunda tentativa de os respon-



Noé Baltazar, presidente da Endiama tenta contratar pela segunda vez a ITM para operar em Lucapa

sáveis da Endiama contratarem a ITM para operar na concessão da Lucapa. A primeira ocorreu a 5 de Maio último, numa assembleia geral em que a Endiama fez valer os 51 por cento do capital que detém na Lucapa, para fazer aprovar o contrato, contra o voto do

representante da SPE/IPE. Noé Baltazar e a Endiama recusaram face aos argumentos aduzidos na declaração de voto de vencido feita por Queiroz Martins, que à época presidia ao IPE.

A Sociedade Mineira da Lucapa foi constituída em Agosto de 1992, mas o seu capital social ainda não foi realizado. Nos termos do acordo estabelecido entre a Endiama e a SPE, a estrutura accionista da Lucapa evoltuirá — dos actuais 51 por cento angolanos e 49 por cento portugueses — para 41 por cento Endiama, 40 por cento IPE e 19 por cento para uma sociedade «off shore» controlada pelos portugueses da Mota & Companhia.

Amaro de Matos defende que esta solução deve ser rapidamente implementada e que não há necessidade de contratar qualquer operador mineiro, já que, ao seu entender, a SPE e a Mota & Cia têm o «know-how» necessário para a operação da Lucapa.

O IPE, que tem vultuosos créditos em Angola (a Endiama deve-lhe 25 milhões de dólares e a Lucapa 17 milhões), encara a sua actividade na Lucapa como uma cooperação de bandeira entre Portugal e Angola.

Jorge Fial

UNITA PEDE ESCLARECIMENTOS À RÚSSIA — O delegado da UNITA nas Nações Unidas solicitou ao embaixador russo junto da ONU que «esclareça» o povo angolano relativamente a uma informação que aponta a Rússia como principal fornecedor de armas a Angola. Marcus Samondo, em carta dirigida ao embaixador Yuliy Vorontsov, diz-se «alarmado» com a informação divulgada pelo semanário português «O Independente». Para o delegado da UNITA, a confirmação da veracidade do artigo significaria que a Rússia «está a cometer graves violações do acordo de Bicesse».

MOSCOVO AJUDA LUANDA — A Rússia anunciou ontem que está pronta a fornecer a sua ajuda, incluindo assistência militar, ao Governo de Angola e condenou a UNITA, a oposição armada liderada por Jonas Savimbi, que Moscovo responsabiliza pela retomada dos combates e da violência em Angola. «Nas condições actuais, o Governo russo pensa que é oportuno levar ao Governo angolano uma ajuda multiforme — compreendendo, se necessário, uma ajuda militar —, a fim de contribuir para a estabilização da situação neste país», declarou um porta-voz do ministro dos Negócios Estrangeiros, Grigori Karasin



Possível reatár do diálogo MPLA-UNITA

PÚBLICO, 15 8 93

Esperanças de viragem

CRÊ-SE HOJE em dia em Luanda que até ao fim do mês as hostilidades poderão ser suspensas e o diálogo entre o Governo e a UNITA reatado, dado que nos meios políticos da capital se aposta na reposição de um certo equilíbrio militar, particularmente a partir da ofensiva que da província de Benguela se dirige para a do Huambo.

Os luandenses, cansados da guerra, que nos últimos 10 meses já teria feito perto de 35.000 mortos, são levados a acreditar na versão de que as forças governamentais partirão em breve das regiões de Balombo e Ganda, na província de Benguela, para reentrar nas terras do Huambo e forçar assim a UNITA a voltar à mesa das negociações.

A Voz da Resistência do Gelo Negro (Vorgan), captada em Luanda, reproduziu ontem declarações em que o líder daquele partido, Jonas Savimbi, dizia à rádio France Inter que "é urgente e necessário suspender as hostilidades e recomeçar incondicionalmente as negociações". Mas mais adiante observava: "Com americanos ou sem americanos, com britânicos ou sem eles, a UNITA tem de resistir".

Savimbi também notou que os observadores tradicionais do processo angolano "não estão qualificados para esse papel" e que a Rússia, em particular, tem tido "um comportamento criminoso", com fornecimento de material sofisticado às forças comandadas pelo MPLA.

O líder da oposição armada angolana afirmou ter a consciência de que foi utilizado pelo Presidente norte-americano Ronald Reagan para efeitos da

guerra fria, tal como também foi utilizado pela África do Sul para "travar o avanço do comunismo na África Austral". No entanto, explicou que a UNITA é uma causa em si, independentemente de todos os aproveitamentos externos que dela possam ter sido feitos.

Por outro lado, defendeu para Angola um estatuto federal, sempre com o cuidado de observar que isso não significa de forma alguma dividir o país, mas sim organizar a sua administração por zonas, de acordo com a realidade existente no terreno; e por contraste com o MPLA, que "pena que Angola é Luanda".

A rematar as declarações de Savimbi, a Vorgan insistiu na tese de que "há um complot internacional contra a UNITA e o seu líder", comparável ao que por altura da Segunda Grande Guerra se teria verificado contra o general De Gaulle e o movimento da França Livre.

Defesa de Bicesse

Enquanto isso, o Presidente José Eduardo dos Santos declarou à BBC que toda a solução para Angola deve ser encontrada no âmbito dos acordos de Bicesse, dizendo portanto não às hipóteses de outras mediações, como as que têm sido tentadas pelo rei Hassan II de Marrocos e pelo Presidente da Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny.

O Chefe do Estado disse que o seu regime não está ainda a receber material de guerra dos países que ultimamente decidiram levantar o embargo à venda

de armas a Angola, mas que de qualquer forma sempre tem conseguido algum armamento.

Quanto à hipótese de o vizinho Zaire poder apoiar alguma acção militar contra o MPLA na província de Cabinda, José Eduardo dos Santos comentou que, "se houver alguma provocação, será dada a resposta adequada".

No campo das movimentações militares, uma das novidades dos últimos dias é a de nos meios políticos de Luanda se crer que efectivos da UNITA possam estar a caminho de Cateete, apenas a uns 50 quilómetros da capital. O que contrariaria a ideia geral que o Governo quer dar de que está a conseguir recuperar terreno aos homens de Savimbi.

Entretanto, as autoridades desmentem que haja ameaças ao funcionamento da central hidro-eléctrica de Cambambe, apesar de toda a situação de guerra em zonas como Zenza do Itombe, Maria Teresa e Dondo. E dizem manter-se na defesa de Menongue, Luena e Malanje, enquanto numa quarta capital provincial, Cuíto, se combate intensamente e a Rádio Nacional fala de centenas e centenas de mortos nas ruas.

Noutro campo, a arquidiocese de Luanda demarcou-se de certas atitudes tomadas por sacerdotes de Cabinda e que haviam irritado o governador da província, segundo o qual tais padres estariam em consonância com a frente separatista FLEC (cuja guerrilha ocupa há semanas o posto de lema, na fronteira com o Zaire). e

Aguar dos Santos,
em Luanda

FAÇA JÁ
SUA ASSINATURA

LIGUE
531-2000
R. 259



NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluco Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Glória da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10/Conj. 501 - CEP 20115-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250,00; Instituições nacionais: US\$ 200,00; Pesquisadores: US\$ 100,00 (Dólar comercial). We ask exchange.

IMPRESSO